

Por ordem do



Ministério Federal  
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza  
e Segurança Nuclear

da República Federal da Alemanha

Por meio da

**giz**

Deutsche Gesellschaft  
für Internationale  
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

**KfW**

MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE



**Mata Atlântica**  
Biodiversidade e Mudanças Climáticas

**Projeto: Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica**  
**PN: 12.9077.4-001.00**

**Consultoria para desenvolvimento de capacidades nos estados da Bahia e Paraná sobre instrumentos econômicos para a conservação da biodiversidade e enfrentamento das mudanças do clima – especialista em economia dos ecossistemas e da biodiversidade e em planejamento de mecanismos financeiros**

**Consultor: Pedro Gasparinetti (Consultoria Contraponto)**

**Contrato n°: 83358371**

**Produto 3: Fotodocumentação das Oficinas de desenvolvimento de capacidades sobre instrumentos econômicos para a conservação da biodiversidade e enfrentamento das mudanças do clima - Bahia**

**CONTRAPONTO**

**Consultoria**

## Conteúdo

Introdução	4
Oficina Introdutória: Instrumentos Econômicos	5
Participantes e Instituições	5
Apresentações realizadas	6
Interação com Participantes	7
Temas de Interesse para Valoração propostos pelos participantes	8
Avaliação da Oficina	9
Encaminhamentos acordados	9
Oficina de intercâmbio sobre Conversão de Multas Ambientais	9
Participantes e Instituições	10
Apresentações realizadas	14
Interação dos participantes	15
Avaliações da Oficina	19
Oficina temática e processo de construção de Plano de ação: ICMS Ecológico	20
Participantes e Instituições	20
Apresentações realizadas	21
Interação dos participantes	22
Avaliações da Oficina	25
Encaminhamentos acordados	25
Reuniões de acompanhamento	25
Oficina Temática: Cotas de Reserva Ambiental (CRA)	27
Participantes e Instituições	27
Apresentações realizadas	28
Avaliações da Oficina	28
Reuniões de Acompanhamento	29
Oficina temática e processo de construção de Plano de ação: Cobrança pelo Uso da Água	30
Participantes e Instituições	30
Apresentações realizadas	32
Interação dos participantes	33
Avaliações da Oficina	34

Encaminhamentos acordados	35
Oficina Final: Instrumentos Econômicos	37
Participantes e Instituições	37
Planos de Ação acordados	39
Plano de Ação: Cobrança pelo Uso da Água	39
Plano de Ação: Cotas de Reserva Ambiental (CRA)	43
Plano de ação: ICMS-Ecológico	45
Impressões sobre os encontros e o processo de aprendizagem	48

## Índice de Figuras

Figura 1 - Programação enviada aos convidados do ciclo de oficinas da Bahia	4
Figura 2 - Tela da oficina introdutória	5
Figura 3 - Setores dependentes de serviços ecossistêmicos na Bahia	7
Figura 4 - Setores que impactam serviços ecossistêmicos na Bahia	7
Figura 5 - Representantes da SEMA-BA, IAT-PR e GIZ na abertura da oficina	12
Figura 6 - Palestrantes do INEMA-BA, IAT-PR, SIMA-SP na oficina	13
Figura 7 - Palestrantes do INEA-RJ e IAT-PR na oficina	13
Figura 8 - Palestrantes do IBAM e ICMBio na oficina	14
Figura 9 - Tela com participantes da oficina sobre ICMS Ecológico na Bahia	21
Figura 10 - Tela com participantes da primeira reunião de acompanhamento sobre ICMS Ecológico na Bahia	27
Figura 11 - Tela com participantes da Oficina sobre CRA – com Serviço Florestal Brasileiro	28
Figura 12 - Tela com participantes da Oficina sobre CRA – com Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul	30
Figura 13 - Tela com participantes da oficina sobre Cobrança pelo uso da água	31
Figura 14 - Tela da primeira reunião de acompanhamento sobre Cobrança de Uso da Água	36
Figura 15 - Telas das Oficinas Finais	38

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Lista de participantes da oficina	5
Tabela 2 - Lista de participantes na oficina de intercâmbio sobre conversão de multas	10
Tabela 3 - Lista de participantes da oficina sobre ICMS Ecológico	20
Tabela 4 - Respostas à pergunta “Quais os principais desafios e entraves para o ICMS-E ser implementado no estado?”	23
Tabela 5 - Respostas à pergunta “ICMS-E na Bahia: O que precisa ser feito para a discussão avançar? Quem precisa ser envolvido?”	23
Tabela 6 - Respostas à pergunta “O que pode ser feito esse ano para fomentar a implementação do ICMS-E?”	24
Tabela 7 - Participantes - Oficina CRA	27
Tabela 8 - Lista de participantes da oficina sobre Cobrança pelo Uso da Água	32
Tabela 9 - Respostas à pergunta “Quais os principais desafios e entraves para a Cobrança pelo uso da água ser implementada em comitês estaduais?”	33
Tabela 10 - Respostas às perguntas 1) “Quem precisa ser envolvido?” 2) “O que precisa ser feito para a discussão avançar?”	34
Tabela 11 - Respostas à pergunta “O que pode ser feito esse ano para fomentar a implementação da Cobrança em nível estadual?”	34
Tabela 12 - Lista de participantes - Oficina Final	37

## Introdução

O processo de desenvolvimento de capacidades e de estratégias para implementação e aperfeiçoamento de instrumentos econômicos para a conservação no estado [do Paraná](#) tem por objetivo ampliar o acesso à informação, contribuir para melhorar as capacidades de atores chave, e criar estratégias para implementação e aperfeiçoamento de instrumentos econômicos para investimentos em conservação e o acesso aos mecanismos financeiros disponíveis para políticas e iniciativas de conservação da biodiversidade e enfrentamento da mudança do clima por parte da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) do estado da Bahia.

Este relatório (Produto 3) é uma Fotodocumentação sobre as oficinas virtuais realizadas para os gestores do estado da Bahia, com apresentação das atividades das oficinas, seus participantes, os tópicos de discussão, planos de ação desenvolvidos, encaminhamentos acordados e as avaliações do processo de aprendizagem.

Comentado [1]: da Bahia

<u>Datas das Oficinas</u>	<u>Reuniões de Acompanhamento</u>
<b>02/09</b> - Introdução a economia ambiental e contextualização dos instrumentos econômicos;	<b>16/09 e 21/09:</b> Conversão de multas ambientais
<b>03/09</b> - Conversão de multas ambientais;	<b>16/09 e 21/09:</b> Cotas de Reserva Ambiental
<b>08/09</b> - ICMS Ecológico;	<b>18/09 e 24/09:</b> ICMS Ecológico
<b>10/09</b> - Cotas de Reserva Ambiental (CRA);	<b>18/09 e 24/09:</b> Cobrança pelo uso da água
<b>14/09</b> - Cobrança pelo uso da água;	
<b>28/09</b> - Final.	

Logos patrocinadores: GOVERNO DO ESTADO, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, inema, Ministério Federal da Economia, giz, KfW, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL.

Figura 1 - Programação enviada aos convidados do ciclo de oficinas da Bahia

## Oficina Introdutória: Instrumentos Econômicos

A oficina inicial teve como objetivo nivelar os participantes sobre o processo de desenvolvimento de capacidades em instrumentos econômicos para conservação da biodiversidade e enfrentamento das mudanças do clima, oferecendo **aos mesmos** conteúdos de teoria econômica relacionada a questões ambientais, e exemplos práticos de valoração econômica de aspectos ambientais, assim como a descrição de instrumentos de gestão para a implementação dessas políticas.

### Participantes e Instituições

Ao todo, participaram **desta** primeira oficina do ciclo de oficinas sobre instrumentos econômicos 16 membros da SEMA e INEMA, assim como membros de órgão da administração pública, como SEPLAN, SEPROMI e TCE-BA, totalizando 26 participantes, além dos facilitadores e dos representantes da GIZ e MMA.

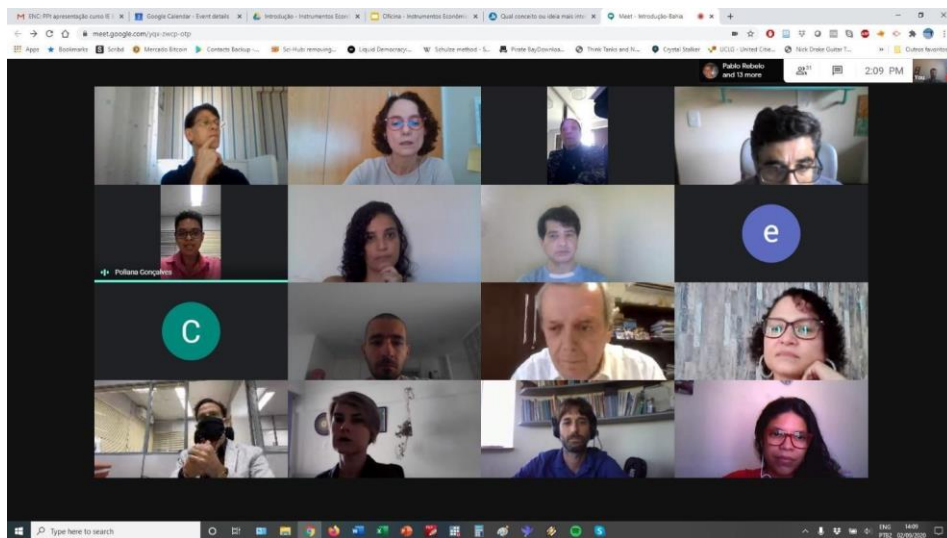


Figura 2 - Tela da oficina introdutória

Tabela 1 - Lista de participantes da oficina

Nome	Orgão
Adelina Oliveira Silva	INEMA
André Luis Rego Oliveira	TCE
Augusto José Alves Bonfim	TCE
Claudia CampiraQuadros	INEMA
Claudio Rodrigues dos Santos	SEPROMI

DaianeMaltez	SEMA/COGEF
Ely de Oliveira Rosa Pimenta	SEPLAN
Fábio de Santana	SEPROMI
Felipe Basto Lobo Silva	SEMA/DPBIO
Geane Silva de Almeida	FIEB
Hélio Pereira Soares Junior	TCE
Larissa Cayres de Souza	SEMA/SPA
Leonardo Marques	SEMA
Liana Oliveira Duarte de Araújo	SEMA/DPBIO
Luana Pimentel Ribeiro	SEMA/SPA/DIPPA
Luana Pereira	INEMA
Luiz Carlos de Araújo Júnior	SEMA/DPBIO
Marlei Silva de Figueiredo	SEMA/COGEF
Matheus Sanches	SEMA
Natali Lordello de Oliveira	INEMA
Pablo Rebelo	SEMA
Poliana Sousa	SEMA
Roberto Dantas de Almeida	TCE
ViníciusCuri de Souza	TCE
Vitor Alberto de Matos Pereira	SEMA/DPBIO
Wilson Andrade	ABAF

## Apresentações realizadas

O facilitador, [Pedro Gasparinetti](#), fez a apresentação do conteúdo utilizando slides, [na utilizando a](#) plataforma Google Meet. Os temas abordados foram:

- Introdução à microeconomia no contexto dos Instrumentos Econômicos: Relações de Dependência e Impacto; Conceitos de Microeconomia; Instrumentos de Gestão Econômica.
- Instrumentos Econômicos e Mecanismos Financeiros: Conceitos; Análise Custo Benefício; Valoração Ambiental; Critérios para alocação de recursos.
- Critérios e exemplos de casos de avaliação econômica e incorporação de instrumentos econômicos em políticas públicas ambientais.

A apresentação de slides pode ser baixada pelo seguinte link:

<https://drive.google.com/file/d/1NZIN2rkRDKuLBdWA9px46e58egPi4zs0/view?usp=sharing>

**Comentado [2]:** Este link está direcionando à apresentação do Paraná.

### Interação com Participantes

Ao longo da oficina, foram propostas perguntas aos participantes para recordar de conceitos vistos na apresentação e ligar os conceitos ao contexto específico do estado. Os participantes forneceram suas respostas anonimamente pelo site “polleverywhere”, ou abertamente pelo microfone da reunião.

Os resultados de cada pergunta são apresentados a seguir, em que os termos repetidos mais frequentemente aparecem em maior tamanho na “nuvem de palavras”:

Figura 3 - Setores dependentes de serviços ecossistêmicos na Bahia



Figura 4 - Setores que impactam serviços ecossistêmicos na Bahia



Quais políticas abordam a falha de mercado de “informação assimétrica”?



“Identificação Geográfica, Certificação de produtos”

“Cacau Cabruca, Café da Chapada Diamantina. Queijo da Chapada”

“Certificação (produtos orgânicos, agricultura familiar), identificação geográfica”

“Indicação Geográfica”

#### Quais políticas abordam a falha de mercado “externalidade”?

“Cadastro Ambiental Rural, Pagamento pela Outorga e uso da água, Licenciamento ambiental, tributos”

“Pagamento por Serviços Ambientais”

“licenciamento ambiental de atividades agrossilvopastoris”

“Política Estadual de Meio Ambiente (Fiscalização)”

“reposição florestal”

“Compensação ambiental”

“outorga pelo uso da água”

#### Temas de Interesse para Valoração propostos pelos participantes

Os participantes foram questionados sobre, segundo seu contexto de trabalho, quais temas de valoração seriam de interesse de serem aprofundados, caso houvesse oportunidade. As respostas são sistematizadas a seguir:

- Valoração de UCs – demonstrar benefícios
- Valoração de Manguezal - Valorar serviço de monitoramento comunitário de espécies ameaçadas de peixes e crustáceos
- Valorar compensação por contaminação por chumbo em Santo Amaro (pescadores e trabalhadores rurais)
- Valorar custo ambiental de política de inexigibilidade de licença ambiental para atividades agrossilvopastoris
- Valorar perdas por incêndios florestais
- Cobrança pelo uso da água
- ICMS-Ecológico – quanto cada município ganharia a mais de ICMS com a criação de novas UCs/RPPNs

## Avaliação da Oficina

A oficina atendeu às expectativas de participação, de transmissão de conteúdo e de engajamento dos participantes. De acordo com as manifestações sobre o conceito considerado mais interessante pelos participantes, entre os apresentados na oficina, o tema “valoração econômica” se destacou.

### Qual o conceito mais interessante visto na oficina introdutória?

“Acelerar o processo de conversão de multas no estado”

“adaptação baseada em ecossistema”

“Externalidades”

“O conceito essencial foi o de valoração.”

“custos benefício para orientar a decisão”

“a ideia da valoração”

“O uso desta ferramenta de interação.”

“PSA”

“Valor hedônico”

## Encaminhamentos acordados

A oficina serviu de embasamento teórico e preparação para as oficinas temáticas. O encaminhamento principal foi que os participantes atenderiam às oficinas temáticas segundo interesse e interface do conteúdo com suas atribuições na SEMA e INEMA.

## Oficina de intercâmbio sobre Conversão de Multas Ambientais

Esta oficina veio a conciliar 2 atividades de projetos diferentes no âmbito do Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica (MMA/GIZ):

- 1) Intercâmbio de experiências sobre Conversão de Multas Ambientais: Encontro de técnicos do MMA, GIZ, IBAMA, ICMBio, e OEMAs de BA, PR, RJ e SP (proposta inicial de encontro presencial);
- 2) Desenvolvimento de **e**Capacidades em Instrumentos **eE**conômicos para Conservação e Mudanças Climáticas: Oficina integrada sobre Conversão de Multas Ambientais para os estados da Bahia e do Paraná.

## Participantes e Instituições

Houve uma expressiva participação –nesta oficina de intercâmbio, ~~–contando com a presença de~~ diretores, gerentes e técnicos de ~~–diferentes~~ órgãos ambientais em nível federal e estadual. ~~–Ao todo~~ sendo ~~que~~ foi registrada a presença de 65 participantes (12 dos quais membros da SEMA e do INEMA, BA), sendo os mesmos integrantes de 10 diferentes órgãos ambientais, além de membros de outros órgãos da administração pública e entidades da sociedade civil.

Tabela 2 - Lista de participantes na oficina de intercâmbio sobre conversão de multas

1	Patrícia Calderari	IAT-PR
2	Tereza Hoffmann	IAT-PR
3	Gerson Jacobs	IAT-PR
4	Caroline Arruda de Melo	IAT-PR
5	MarieseCargninMuchailh	IAT-PR
6	Bruno Reis Martins	IAT-PR
7	Walquíria Letícia Biscaia de Andrade	IAT-PR
8	Talitha Pires Borges Leite	IAT-PR
9	Juliana Nishihara	SEDEST
10	Mauro Brito	IAT-PR
11	Rafael Andreguetto	IAT-PR
12	MarieseCargninMuchailh	IAT-PR
13	Andrey Araújo dos Santos	IAT-PR
14	Caroline Gaspar	IAT-PR
15	Eduardo Abilhoa	IAT-PR
16	Pedro Gasparinetti	CSF
17	Rafael Esteves	SEAS-RJ
18	Hilana Andrade	INEA-RJ
19	Bruno Filizola	GIZ
20	Tiago Zenero	GIZ
21	Maria-Olatz del Rosario Cases Vega	GIZ
22	Isabela Resende	GIZ
23	André Lima	GIZ
24	João Guimarães	Aquaflora

25	Caio Marques	IBAMA-RJ
26	Diego Emanuel Arruda Sanchez	IBAMA-PR
27	Rafael Frigerio	SIMA-SP
28	Luana Pereira	INEMA-BA
29	Daiane Cristina Maltez dos Santos	SEMA-BA
30	Fábio de Santana	SEPROMI-BA
31	Luciano Miranda	ABAF -BA
32	Carolina Henriques Campos	ICMBIO
33	Felipe Bastos Lobo da Silva	SEMA-BA
34	Emerson Luiz Servello	IBAMA-COREC
35	Mateus Motter Dala Senta	MMA-DECO
36	Marcos Silva Machado	INEMA-BA
37	Luiz Antonio Corrêa Lucchesi	IBAMA-PR
38	Thais Lobo dos Santos	SIMA-SP
39	Luiz Carlos de Araujo Junior	SEMA-BA
40	Vitor de Matos	SEMA-BA
41	Uilson Pablo Sa Rabelo de Araujo	SEMA-BA
42	Adelina Silva	INEMA-BA
43	Maria Daniela Martins Guimaraes	INEMA-BA
44	Bernardo Ferreira Alves De Brito	ICMBIO
45	Luciano De Petribu Faria	IBAMA-COREC
46	Edylene Cristina Da Silva Monteiro	IBAMA-RJ
47	Adriano Salles	SEPROMI-BA
48	Thais Michelle Oliveira	SIMA-SP
49	Erica Patricia da Silva	-
50	Raquel Caroline Alves Lacerda	IBAMA-COREC
51	Daniel Cabral	IBAMA-RJ
52	Larissa Dalmolin_Caldonho	ICMBIO
53	Iria De Souza Pinto	IBAMA-COREC
54	Mariana Lima Henriques dos Santos	IBAMA-RJ
55	Miguel Calmon da Silva Neto	INEMA-BA
56	Sergio Luis Marcon	SIMA-SP
57	Wal Goulart de Macedo Santana Júnior	UPB-BA

58	Natali Lordello de Oliveira	INEMA-BA
59	Lincoln Schwarzbach	IBAMA-PR
60	Poliana Gonçalves Sousa	SEMA-BA
61	Neusa Maria Emidio	IBAMA-PR
62	Daniel Correia De Freitas	IBAMA
63	André Luis Oliveira	-
64	Isabel Fonseca Barcellos	SIMA-SP
65	Thais Michele Fernandes	IBAMA



Figura 5 - Representantes da SEMA-BA, IAT-PR e GIZ na abertura da oficina

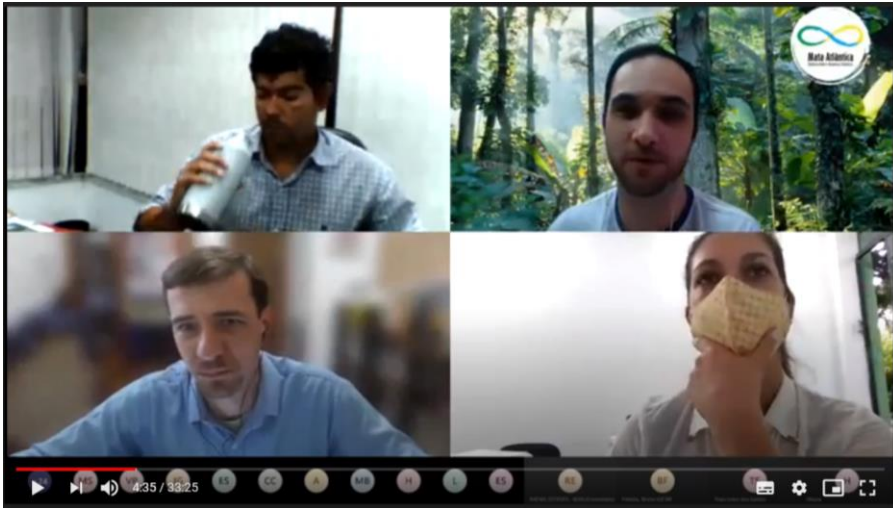


Figura 6 - Palestrantes do INEMA-BA, IAT-PR, SIMA-SP na oficina

Figura

X

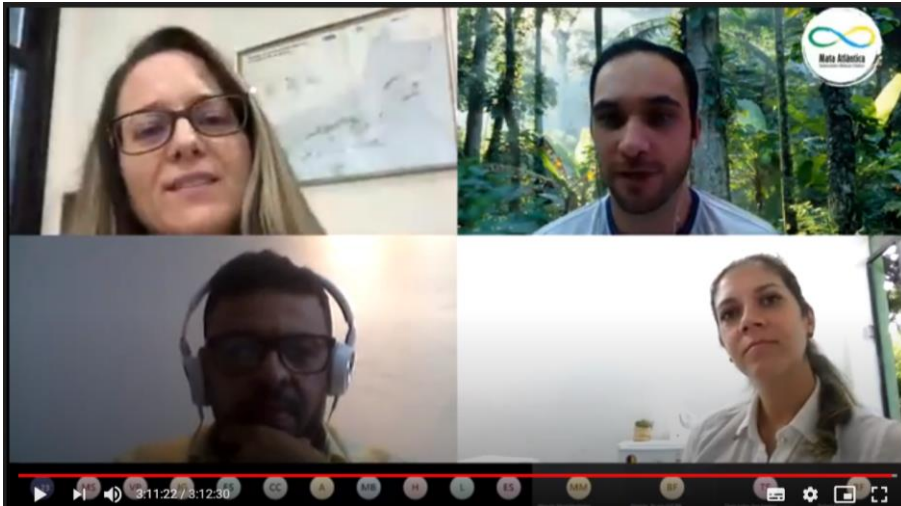


Figura 7 - Palestrantes do INEA-RJ e IAT-PR na oficina



Figura 8 - Palestrantes do IBAMA e ICMBio na oficina

### Apresentações realizadas

Seguindo-se este formato de oficina integrada, houve a apresentação de experiências sobre a aplicação deste instrumento econômico em nível federal (IBAMA/COREC e ICMBio/CGPLAN) e em nível estadual (SIMA-SP, INEA-RJ, INEMA-BA, e IAT-PR). Os slides das apresentações realizadas podem ser acessados em <https://drive.google.com/drive/folders/1LIMnkuFvpAEtnbTigLsXVA2kOyvgWsON?usp=sharing>

Os seguintes representantes das entidades anteriormente listadas fizeram as apresentações:

#### **Bloco 1: A implementação da conversão de multas em serviços ambientais (experiência federal e estadual)**

- Breve histórico dos programas, Principais características (governança, modalidades, implementação), e Lições aprendidas e recomendações
1. Emerson Servello (IBAMA - Coordenação de Recuperação Ambiental)
  2. Carolina Campos (ICMBio - Coordenação-Geral de Planejamento, Operacional e Orçamento – CGPLAN)
  3. Rafael Frigerio (Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - São Paulo / Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade)

#### **Bloco 2: Relato do status das políticas estaduais**

1. Patrícia Calderari (Instituto Água e Terra - Paraná / Diretoria de Patrimônio Natural)

2. Marcos Machado (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Bahia / Diretoria de Fiscalização)
3. Hilana Andrade (Instituto Estadual do Ambiente - Rio de Janeiro / Serviço de Apoio à Presidência)

O vídeo com a gravação da oficina pode ser visualizado ou baixado pelo seguinte link:

<https://drive.google.com/file/d/11hJvuQ6fi3eH8mXA7LDfwEa7tW98lp1b/view?usp=sharing> (parte 1)

[https://drive.google.com/file/d/1e\\_GkQD3FFOvqGRM4XN9D4DhQ-i0aVIXI/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1e_GkQD3FFOvqGRM4XN9D4DhQ-i0aVIXI/view?usp=sharing) (parte 2)

### Interação dos participantes

Houve uma sessão de perguntas e uma mesa virtual de debate entre os 6 representantes das entidades convidadas a apresentarem suas experiências com a implementação desta política.

A seguir são apresentadas seguem algumas das questões formuladas por participantes das oficinas, sendo que bem como as respectivas respostas dadas - que puderam ser realizadas durante a oficina e que foram estão transcritas neste relatório.

#### Perguntas feitas ao representante da SIMA-SP:

1. Como se dá a sensibilização dos atuados para a adesão em SP? É/foi necessário algum esforço nesse sentido ou o processo da sanção já os conduz naturalmente para essa oportunidade?

R: O atuado não é diretamente conduzido para o processo de adesão ao mecanismo de conversão de multas, sendo necessário oferecer atrativos para a adesão dos mesmos. Uma experiência bem sucedida tem sido a mobilização por setores econômicos, tais como está sendo feito com o setor sucroenergético do estado. Muitas empresas deste setor já possuem estrutura e know-how para desenvolver por conta própria seus projetos de conversão de multa, o que torna a conversão na modalidade direta extremamente vantajosa, já que os custos de reparação são mais baixos que aqueles definidos pelo estado na modalidade indireta.

É importante que os agentes de conciliação apresentem de forma clara as vantagens que o atuado terá ao aderir ao dispositivo de conversão de multas para resolver seu passivo legal. Depois que foram criados os núcleos de conciliação no estado, o volume de conversão de multas cresceu consideravelmente. E possuir um portfolio de projetos já organizado, como é o caso da "prateleira de projetos" do Programa Nascentes ajuda muito no convencimento de atuados no caso da modalidade indireta.

2. Vocês chegaram a fazer alguma avaliação de impacto (quantidade de multas já convertidas, projetos concluídos, etc) ?

**Comentado [3]:** deixar parágrafo alinhado para deixar claro que ainda faz parte da resposta à pergunta 1.



R: Este é um dos gargalos que a SIMA-SP/CFB tem na implementação do programa. Importante separar o impacto relativo aos valores financeiros direcionados para conversão em serviços ambientais, dos resultados efetivos em termos ambientais ao fim dos projetos. Ainda estamos estruturando um banco de dados para melhor acompanhamento. Mas é bom destacar que os primeiros projetos conversão de multas começaram efetivamente em 2018, sendo que a maior parte ainda não foi concluída, sendo necessário um tempo mínimo de 3 anos para a verificação (no caso dos projetos de restauração ecológica)

3. Os projetos propostos pelos autuados se diferenciam na qualidade em comparação aos demais projetos no SARE (Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica)? Quando não aprovados, o que se faz?

R: No caso da conversão direta das usinas sucroalcooleiras, como já indicado, existe boa capacidade de desenvolvimento de projetos de conversão em serviços ambientais, o que se reflete em boa qualidade dos projetos.

4. Em que momento se dá a conversão efetiva da multa? Na adesão (termo) ou conclusão do projeto?

R: A conversão de multa é considerada como concluída apenas no momento da verificação de atendimento aos parâmetros de monitoramento dos projetos de restauração (res. SMA 32/2014).

5. Qual o seu entendimento quanto a doação de bens como quitação das multas?

R: Não se adota este expediente na SIMA/CFB.

#### Perguntas feitas à representante do INEMA:

1. É possível o expediente da conversão de multas na forma de doação de bens?

R: Sim, no caso da Bahia, a legislação referente permite o custeio de projetos ambientais desenvolvidos por entidade públicas, o que possibilita a conversão na forma de doação de equipamentos, por exemplo, para a execução das políticas ambientais do estado. Já houveram casos neste sentido, como doação de computadores, tablets e VANTS previstos em TACs.

#### Perguntas feitas à representante do IAT-PR:

1. Se entendi bem, a seleção foi aberta apenas para projetos propostos pelas suas próprias diretorias?

R: Neste primeiro momento, em caráter de “projeto piloto” o processo de seleção foi aberto apenas para as diretorias do IAT-PR.

2. Uma vez aprovados, quem os executará? As diretorias possuem recursos humanos e operacionais para isso? Seria pelos autuados ou haveria contratação de terceiros?

R: Quem executará os projetos são estas próprias diretorias, sendo que na submissão dos projetos eles tiveram que prever a equipe que vai executar o projeto, e quem fará o monitoramento (podendo terceirizar este serviço específico). Mas por enquanto acabamos de encerrar o processo de formação do banco de projetos, então é a partir de agora que veremos como vai funcionar na prática.

3. Existem outros limites (geográficos, piso ou teto de valor/ha, etc) ou só temático?

R: Não há outros limites além daqueles estabelecidos pelos eixos temáticos definidos para estes projetos da carteira interna do IAT, desde que os mesmo ocorram nos limites do estado do Paraná.

4. Em que momento se dá a efetiva conversão das multas? Celebração de termo ou conclusão do projeto?

R: Como por enquanto está se trabalhando com a modalidade indireta, neste caso entende-se que a obrigação do autuado no processo de conversão se encerrará no momento do pagamento da cota-parte de um projeto da carteira interna de projetos do IAT-PR.

#### Perguntas feitas à representante do INEA-RJ:

1. Hilana, sabe o por quê da proibição de doação de bens e equipamentos?

R: O parecer da PGE-RJ que orientou a elaboração do decreto de regulamentação da conversão de multas ambientais no estado, define que não pode ser considerada como prestação de serviços ambientais a doação de bens para órgãos ambientais estaduais. Mas um bem utilizado pelo autuado na prestação de serviços ambientais (conversão direta) pode ser eventualmente doado ao estado ao fim do seu uso na execução do projeto, porém seu valor não pode ser computado para fins de redução do valor de multa

2. Como que funciona a seleção de projetos, para compor o banco de projetos, sem ser na modalidade direta, ou seja, propostos pelo autuado?

#### Perguntas feitas a todos os participantes:

1. Existe por parte dos demais estados que já se apresentaram, uma tabela ou banco de dados com o balanço de todos os valores de multas a exemplo do que foi apresentado pelo INEA/RJ?

R: No caso do Paraná, este levantamento está previsto, mas ainda não foi iniciado; mas imagina-se que deve ser um valor elevado, pois existem muitas manifestações de autuados pela conversão de multas que ainda não foram efetivadas, pois as normativas para tal só foram elaboradas e publicadas agora em 2020. No caso da Bahia, a diretoria financeira do INEMA possivelmente tem este balanço, e informou ao diretor de fiscalização que esta arrecadação é bem baixa, pelo fato dos autuados geralmente buscarem postergar ao máximo o pagamento (inclusive via conversão) das multas. No caso de São Paulo, existe sim uma plataforma de gerenciamento (interface BI)

2. O baixo percentual de pagamento de multas no RJ, é parecido nos demais estados? Explicações possíveis para o não pagamento?

R: Segundo representantes da Bahia e de São Paulo, nesses estados o percentual de pagamento de multas também é baixo.

3. Existe a possibilidade de um projeto recuperar dano ambiental de outro auto de infração sem saber? Neste sentido, existem mapas atualizados de todos os danos ambientais e seus respectivos autos de infração?

R: A representante do INEA-RJ destacou que como os autos de infração possuem a descrição do dano, e como o autor do dano é o responsável pela sua reparação (independentemente do processo de conversão de multas), ela desconhece esta possibilidade. O representante da SIMA-SP reforçou este entendimento, visto que a reparação do dano sempre será de responsabilidade do autuado, a multa (e sua eventual conversão) é outra parte do processo de autuação. E que a SIMA-P tem um gerenciamento geoespacial apurado para evitar por exemplo sobreposição de esforços advindos de conversão de multas em uma mesma área.

4. Danos não identificados no âmbito do poluidor pagador, que não tem auto de infração, seriam prioridades para as missões das OEMAs?

R: No caso da conversão de multas, não há como haver danos não identificados, pois os mesmos estão descritos no auto de infração.

5. É usual bancar a elaboração do projeto com recursos da conversão?

R: No caso da SIMA-SP o valor de elaboração de um projeto executivo (para implementação dos serviços para conversão de multa) não é considerado como parte do montante convertido.

Também foi apresentada pelo facilitador da oficina, de maneira muito breve, uma “matriz comparativa” das principais características das políticas de Conversão de Multas Ambientais conduzidas pelas seis instituições que se apresentaram anteriormente. As características levantadas foram:

- Marco Regulatório (Diretrizes gerais e Regulamentação)
- Governança (Coordenação e Execução)
- Gestão administrativa e financeira
- Comunicação (Engajamento de autuados e Relação com proponentes de projetos)
- Mecanismos de controle

Esta matriz comparativa está disponível para visualização e download no link:

<https://drive.google.com/file/d/1VOTMMWmYkgzr4R2u7zp3-E7ChDdS9WqC/view?usp=sharing>

## Avaliações da Oficina

As impressões externadas por participantes de forma oral e via chat sobre a oficina de intercâmbio sobre Conversão de Multas Ambientais foram na sua grande maioria  **muito** positivas. Muitos elogiaram a oportunidade de troca de experiências entre órgão ambientais de diferentes esferas administrativas, e também de aprendizado em relação a um instrumento que ainda é muito recente, em termos de efetiva implementação, principalmente em nível estadual, onde há muito espaço ainda para aprimoramento desta política.

Vale destacar a manifestação do representante do IBAMA/COREC **ainda que** enfatizou **que é ser de** interesse institucional do órgão em estabelecer cooperações técnicas com órgãos estaduais, sendo que estão abertos para conhecer as demandas dos estados e afinar esse intercâmbio. Indicou ainda que o IBAMA estimula os estados a apoiar e propor a submissão de projetos na modalidade direta conduzida atualmente por meio do Procedimento Administrativo de Seleção de Projetos (PASP). Ele também se colocou à disposição **de para** compartilhar a experiência de construção e operação do sistema informatizado de gerenciamento de projetos de conversão de multas com os estados interessados.

Entre principais lições aprendidas pelos técnicos que lidam diretamente com a conversão de multas, foram destacadas:

1. É importante a triangulação “autuado x formulador de projetos x executor”;
2. Importante se estruturar arranjos financeiros bem organizados para desenvolver um sistema robusto de conversão de multas ambientais, por se tratar de recursos não orçamentários;
3. Existe um desafio na aferição dos resultados, para se saber se ao final dos projetos houve ou não ganhos ambientais;
4. É fundamental a estruturação de um sistema de gerenciamento informatizado para a condução dos processos de conversão de multas.

Foram também feitas sugestões de encaminhamentos pós-oficina, tais como:

- Criação de um grupo de troca de experiências sobre o tema, possivelmente por meio de um canal de comunicação virtual
- Realizar uma nova oficina de intercâmbio com interessados no tema (encontro presencial ou virtual);
- Estabelecimento de processo de diálogo entre o IBAMA/COREC e órgãos estaduais de meio ambiente interessados, para orientações com base na experiência federal com o tema;
- Que as perguntas realizadas na oficina e suas respectivas respostas fossem compiladas para posterior disseminação entre técnicos envolvidos com esta política ambiental;
- Que fosse formulado um documento ou artigo a partir da matriz comparativa das políticas federais e estaduais para Conversão de Multas Ambientais.

**Comentado [4]:** Neste caso, acho importante adicionar um parágrafo deixando claro que a responsabilidade por dar seguimento é dos órgãos participantes do intercâmbio. Apenas para não ficar "solto" e deixar claro que não era um produto da oficina previsto pelo Projeto Mata Atlântica.

## Oficina temática e processo de construção de Plano de ação: ICMS Ecológico

Esta oficina teve como objetivos principais: 1) trazer um panorama geral do instrumento do ICMS Ecológico em estados que já implementaram esta forma de redistribuições de tributos aos municípios, 2) conhecer o histórico e o status atual da discussão sobre possível implementação deste instrumento econômico na Bahia, e 3) buscar traçar os objetivos e os primeiros passos de um plano de ação visando a instituição do ICMS Ecológico no estado.

A gravação em vídeo da oficina pode ser acessada em:

<https://drive.google.com/file/d/1YxviGPT7ibFTt57Ulvj40wVwJcq7tDi/view?usp=sharing> (parte 1)

<https://drive.google.com/file/d/1l4zBKVwlcoMgKRmxLiN-rYDth5VPgfEE/view?usp=sharing> (parte 2)

### Participantes e Instituições

A oficina teve a participação de 11 técnicos de diferentes instituições do governo estadual da Bahia, entre membros da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, da Secretaria da Fazenda, e da Secretaria de Planejamento.

**Tabela 3 - Lista de participantes da oficina sobre ICMS Ecológico**

Nome	Orgão
Adelina Oliveira Silva	INEMA
Daiane Maltez	SEMA/COGEF
Ely de Oliveira Rosa Pimenta	SEPLAN
Fábio de Santana	SEPROMI
Luiz Henrique Pereira	SEPLAN
Marlei Silva de Figueiredo	SEMA/COGEF
Pablo Rebelo	SEMA/DPBIO
Poliana Sousa	SEMA/DPBIO
Vitor Alberto de Matos Pereira	SEMA/DPBIO
Wilson Andrade	ABAF

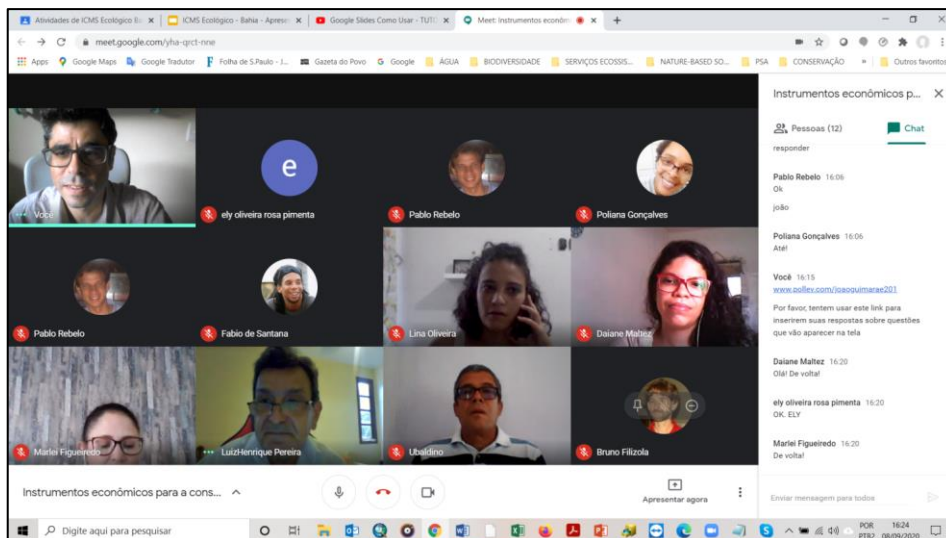


Figura 9 - Tela com participantes da oficina sobre ICMS Ecológico na Bahia

## Apresentações realizadas

Inicialmente, o facilitador da oficina, João Guimarães, fez uma apresentação sobre os conceitos básicos acerca do ICMS Ecológico, informações ilustrativas sobre a aplicação deste instrumento econômico em estados da Mata Atlântica, como Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com destaque para resultados ambientais (como aumento expressivo de criação de Unidades de Conservação nestes estados após instituição do ICMS-E) e resultados econômicos (montantes dos repasses para municípios).

Na sequência, o assessor especial da Secretaria de Planejamento do estado da Bahia, Luiz Henrique Pereira, apresentou informações técnicas sobre a configuração do ICMS Ecológico em estados do Nordeste, como Ceará, Pernambuco e Piauí, com destaque para os critérios de cálculo para os valores a serem redistribuídos aos municípios, originados da arrecadação de ICMS.

Luiz Henrique também trouxe uma proposição básica de ações a serem tomadas para que sejam promovidas tomadas de decisão governamentais e legislativas acerca deste instrumento, ainda não implementado na Bahia. O conceito que norteia esta proposição é de que na revisão da Lei complementar nº 13/1997, que trata da redistribuição dos recursos do ICMS entre o Estado e os municípios da Bahia, esteja contemplada a inserção de critérios não só de ordem ambiental, mas também relacionados a indicadores de Saúde e Educação, assim como foi definido em Pernambuco, por exemplo. A justificativa é de que políticas fundamentais de caráter social em nível municipal devem ser incentivadas pelo estado, e não somente políticas de cunho ambiental, como no caso do Ceará.

A principal ação proposta pelo representante da SEPLAN seria a constituição de um Grupo de trabalho envolvendo técnicos de secretarias estaduais que são chave para a construção do processo, como as secretarias de Planejamento, Fazenda, Relações Institucionais, Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano, Educação, Saúde, assim como a Casa Civil, Procuradoria Geral do Estado e Tribunal de Contas Estadual, além da União dos Municípios da Bahia.

Os slides da apresentação do facilitador podem ser acessados em:

<https://drive.google.com/file/d/1P1s9fAlAb3xyWHxSq7F3LEnwmsYGOFGF/view?usp=sharing>

Os slides da apresentação do representante da SEPLAN podem ser acessados em:

<https://drive.google.com/file/d/130FAMXu8I-MufjQzdFt3y8IjABJKtVHA/view?usp=sharing>

### **Interação dos participantes**

Na segunda parte da oficina houve uma discussão sobre possíveis passos para instituição ~~da figura~~ do ICMS Ecológico na Bahia, buscando-se traçar um objetivo a ser atingido por um plano de ação, com base em perguntas orientadoras como “*Quais os principais desafios e entraves para o ICMS-E ser implementado no estado?*”, “*ICMS-E na Bahia: O que precisa ser feito para a discussão avançar? Quem precisa ser envolvido?*”, e “*O que pode ser feito esse ano para fomentar a implementação do ICMS-E?*”.

Foi utilizada a ferramenta PollEverywhere (<https://www.polleve.com/>) para permitir maior interação dos participantes, também de forma escrita. Abaixo seguem figuras com as contribuições por escrito dos participantes, com base nas perguntas orientadoras.

**Tabela 4 - Respostas à pergunta “Quais os principais desafios e entraves para o ICMS-E ser implementado no estado?”**

Envolver os municípios seria bem estratégico para que façam o convencimento e a articulação necessária. Acho que os municípios chave precisam participar.
Consciência da importância do tema e alcançar decisão política para articular e criar consenso no trabalho integrado
Comunicação me parece ser a chave. Que os atores entendam como um ganha ganha.
Gerar informações ambientais dos municípios
Promover a integração entre as áreas envolvidas, especialmente em nível dos tomadores de decisão

**Comentado [5]:** Inserir acentuação nas palavras de todas as Tabelas 4, 5 e 6.

**Tabela 5 - Respostas à pergunta “ICMS-E na Bahia: O que precisa ser feito para a discussão avançar? Quem precisa ser envolvido?”**

Envolvimento legislativo. Envolver deputados verdes que banquem isso.
Precisa fazer uma campanha com materiais de comunicação chave - bem empático e com as informações mastigadas para convencer a sociedade.
Inserir o INEMA, especialmente a Diretoria de Unidades de Conservação, para discussão sobre implantação do CEUC (Cadastro Estadual de Unidades de Conservação)
Apresentar a proposta e inserir os Consórcios Municipais na discussão
Como Paraná, primeiro formar grupo interinstitucional ( Casa civil, Seplan, Serin, Sec, Sesab) e irem a campo mobilizar os municípios quanto a importância da educação ambiental e como podem participar
Inserir a discussão sobre o ICMS Ecológico no Fórum de discussão da SEMA com as Prefeituras
No estado foi citado agora. Faltam os Municípios chave (quais são?) e pensar uma estratégia de conversar com o conjunto da sociedade, sobretudo setores da indústria que irão se beneficiar (por exemplo turismo)
Criação de fóruns de discussão envolvendo gestores municipais das áreas de meio ambiente, saúde e fazenda



Criar Grupo de Trabalho com participação da Casa Civil, SEMA, SEC, SEPLAN, SESAB, SEFAZ, SEDUR, SERIN, UPB

**Tabela 6 - Respostas à pergunta "O que pode ser feito esse ano para fomentar a implementação do ICMS-E?"**

O GT ( multisetaria ) deve ser constituído por Decreto do Governador para ter empoderamento e compromisso
O plano de comunicação viria depois. Primeiro plano de comunicação vai ser para convencer o Executivo via um trabalho inicial consistente.
A questão de degradação é forte na Bahia . destacar a educação ambiental com demonstrações de benefícios.
A participação da Casa Civil é essencial para garantir a continuidade e participação no GT
Esse ano além de todas as conversas entre estado, acho que pode elaborar um projeto executivo com ações de comunicação (folder e sumário executivo)
Sou meio reticente a GTs que começam muito amplo . Fatalmente o forum de discussões ira se ampliar para ser viavel
Lembro que para a Area Ambiental/Saneamento alem da parte " ecológica " da novo regramento do ICMS há outras fontes de recursos: Programas Federais, Programas Estaduais, Entidades Nacionais e internacionais, Contrapartidas de PPPs ( novas concessões ) Financiamentos Publicos
Grupo SEPLAN, SEMA, CASA CIVIL, SEFAZ, REPRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS. Através de lives forte mobilização dos municípios e da sociedade como educação ambiental
Discutir internamente SEMA e Inema as possibilidades de indicadores para qualidade ambiental (considerando as experiências dos outros Estados) para levar ao GT institucional
Fazer um plano de ação, de preferência com numeros. Colocar as demandas no papel, de ações que devem ser feitas e precisam de financiamento, muita coisa é de comunicação, principalmente. E ai pode passar o chapéu entre possíveis financiadores, emendas parlamentares, organismos internacionais.
1. Acolhimento da ideia na cúpula do Executivo
2. Designação pelo Executivo do GT em duas etapas (análise legal, análise financeiras, simulações nas opções depois agregando as áreas finalísticas e UPB
3. Discussões mais ampliadas com possibilidade de um Simulador à mão para avaliação de impactos das proposições

4. Obter um leque de alternativas consensadas ( digamos 5 ) com vantagens desvantagens a serem submetidas ao Governador
5. Minuta de projeto de lei e Decreto Normatizador.
Criar o grupo de trabalho institucional

### Avaliações da Oficina

As impressões manifestadas [pelos participantes](#) ao [final](#) da oficina sobre ICMS Ecológico foram [geralmente em grande parte](#) positivas, principalmente relacionadas ao fato de que foi possível iniciar diálogos entre diferentes órgãos do governo estadual da Bahia, como SEPLAN, SEFAZ e SEMA, acerca das possibilidades de implementação deste instrumento no estado. Outro ponto positivo levantado foi de que a oficina propiciou o conhecimento de que já existem análises iniciais bem desenvolvidas sobre o tema, ainda que estivesse restritas à assessoria especial da SEPLAN, e que a oficina permitiu uma abertura para envolvimento de outros órgãos da administração estadual nesta discussão. Por outro lado, lamentou-se que o debate poderia ter sido enriquecido, se convidados de outras instituições com agenda fortemente relacionada ao tema, como a UPB - União dos Municípios da Bahia e o TCE-BA - Tribunal de Contas do Estado da Bahia, tivessem efetivamente comparecido.

### Encaminhamentos acordados

O principal encaminhamento decorrente das diferentes contribuições dos participantes da oficina foi de que as discussões subsequentes deveriam se concentrar na possível constituição de um Grupo de Trabalho em caráter formal (preferencialmente criado por decreto ou portaria) constituído por algumas das instituições anteriormente citadas como Casa Civil, SEPLAN, SEFAZ, consideradas como instituições “sistêmicas”, além das secretarias responsáveis pelos temas que [constituíram](#) a forma de redistribuição do ICMS aos municípios da Bahia, como SEMA, SEC e SESAB. Depois que este grupo estivesse consolidado, e tivesse construído um arcabouço inicial do que seria a proposta de revisão da lei complementar que rege a redistribuição do ICMS entre municípios da Bahia, outras secretarias e instituições como Procuradoria Geral do Estado, Tribunal de Contas Estadual, e União dos Municípios da Bahia poderiam ser envolvidas.

### Reuniões de acompanhamento

-Foram realizadas duas reuniões de acompanhamento após a oficina do dia 08/09/2020, a primeira no dia 18/09 e a segunda no dia 24/09.

Na primeira reunião de acompanhamento, o debate se iniciou a partir dos encaminhamentos acordados na oficina, em especial a ideia de se constituir um grupo de trabalho multi-secretarias para discussão do desenho conceitual do mecanismo de redistribuição de ICMS na Bahia, que considerasse critérios de performance de políticas municipais nas áreas de meio ambiente, saúde e educação.

O ponto focal do tema de ICMS Ecológico, Luiz Henrique Pereira, ponderou que uma ferramenta muito útil para modelagem do mecanismo, e também para convencimento de tomadores de decisão, seria o desenvolvimento de um simulador de redistribuição de ICMS com base em indicadores de performance nos 3 temas já citados.

Outro tema trazido à discussão foi a proposta de realização de um estudo expedito de valoração econômica para avaliação de impactos na arrecadação de municípios a partir de supostos indicadores de meio ambiente, saúde e educação. Este estudo seria financiado pela GIZ, como adendo às atividades do ciclo de oficinas em desenvolvimento de capacidades, e seria realizado pelo facilitador Pedro Gasparinetti, que já possui larga experiência com valoração de instrumentos econômicos para a conservação. A proposta foi prontamente acolhida pelo grupo, principalmente por ter grande convergência com a proposta de desenvolvimento de um simulador (descrita no parágrafo anterior).

Na segunda reunião de acompanhamento, Luiz Henrique trouxe uma informação acerca de novas determinações decorrentes da nova legislação (Proposta de Emenda Constitucional aprovada em agosto/2020) que rege o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Segundo a PEC aprovada, os estados poderão redefinir a percentagem de repasse de recursos do ICMS para os municípios, dos atuais 25% para 35%, sendo que destes no mínimo 10% deve ser repassado com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem. Esta é uma mudança que cria um ambiente político-institucional altamente favorável a discussões sobre inserção de novos critérios para redistribuição do ICMS, com base em performance de políticas públicas de responsabilidade dos municípios, visto que a inserção de critérios de educação será obrigatória, e dentro do mesmo processo de revisão podem ser inseridos os outros dois temas propostos, Saúde e Meio Ambiente.

Também foi apresentada por Luiz Henrique uma primeira versão de uma planilha em formato Excel para fins de simulações de mudanças nos repasse de recursos do ICMS para os municípios, com base em indicadores relacionados a critérios dos temas meio ambiente, saúde e educação. A ferramenta foi muito bem recebida pelo grupo, e definiu-se também que o estudo de valoração econômica, a ser desenvolvido por Pedro Gasparinetti, utilize esta planilha como instrumento auxiliar das análises a serem desenvolvidas.

Por fim, foi repassado pelo facilitador ao grupo de discussão sobre o tema ICMS Ecológico, uma estrutura de slides em formato Powerpoint com sugestão de tópicos a serem seguidos para formulação e apresentação do Plano de ação referente a implementação de um mecanismo de redistribuição de ICMS, batizado provisoriamente de “ICMS Socioambiental”. Os tópicos sugeridos foram: 1) “Qual é o contexto geral relativo a este instrumento no estado?”, 2) “Quais são as ações principais?”, 3) “O que pode ser alcançado em curto prazo?” e 4) “O que pode ser alcançado em médio/longo prazo?”.



Figura 10 - Tela com participantes da primeira reunião de acompanhamento sobre ICMS Ecológico na Bahia

(obs.: outros entraram após o registro)

## Oficina Temática: Cotas de Reserva Ambiental (CRA)

Esta oficina teve como objetivos principais: 1) apresentar um panorama geral do instrumento de Cotas de Reserva Ambiental; 2) apresentar os principais gargalos para a implementação da ferramenta; 3) apresentar o panorama atual de implementação no estado do Mato Grosso do Sul; 4) discutir os primeiros passos para o desenho de um plano de ação visando a instituição de CRA no estado.

### Participantes e Instituições

Esta oficina teve a participação de 11 membros de órgãos da administração pública do Estado da Bahia, ligados à SEMA, ao INEMA, e à SDR, assim como uma organização setorial, a ABAF.

Tabela 7 - Participantes - Oficina CRA

Nome	Orgão
Adelina Oliveira Silva	INEMA
AnapaulaPossetti de Souza Dias	INEMA/DIRRE/COASP
Claudia CampraQuadros	INEMA

**Comentado [6]:** Comentário Geral para todo o documento: Quando uma sigla for usada, na primeira vez que ela aparecer no documento, por favor escrever por extenso.

DaianeMaltez	SEMA/COGEF
Henrique Carvalho de Paula	CI
Luana Pimentel Ribeiro	SEMA/SPA/DIPPA
Luiz Carlos de Araújo Júnior	SEMA/DPBIO
Pablo Rebelo	SEMA
Poliana Sousa	SEMA
Roque Peixoto	SDR/CDA
Victoria Rizo	ABAF/PRODEN BA
Vitor Alberto de Matos Pereira	SEMA/DPBIO

### Apresentações realizadas

A oficina sobre Cotas de Reserva Ambiental contou com uma apresentação teórica sobre o instrumento pelo facilitador (Pedro Gasparinetti), dando ênfase aos seus principais conceitos econômicos e atuais entraves para seu desenvolvimento em nível federal e possibilidades para regulamentação em nível estadual. O responsável pelo tema de CRA no Serviço Florestal Brasileiro, Fernando Castanheira, apresentou o estágio atual de desenvolvimento da política no governo federal.

**Comentado [7]:** Não tem a apresentação feita pelo SFB? Caso positivo, inserir link.

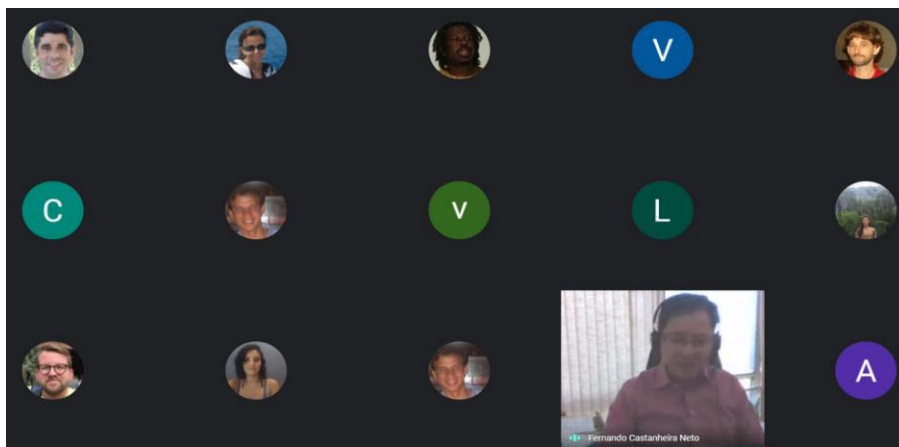


Figura 11 - Tela com participantes da Oficina sobre CRA – com Serviço Florestal Brasileiro

### Avaliações da Oficina

A oficina sobre CRA foi desafiadora em vários aspectos. Por ser um mecanismo ainda não implementado em nível federal, há ainda diversas indefinições sobre seu possível funcionamento, o que deixa lacunas

para o próprio entendimento dos participantes. Combinado a isso, o tema era novo para a maioria da equipe presente. Por isso, houve o feedback de alguns participantes que o tema estava sendo abordado de modo muito “avançado”, e que a equipe ainda estava se esforçando para compreender alguns conceitos básicos do mecanismo. Foi feito um paralelo com o mecanismo de “servidão ambiental”, já mais difundido no estado. Para o aprofundamento de conceitos e implementação, foi lembrado que haveria a na próxima reunião de acompanhamento a apresentação do exemplo do estado do Mato Grosso do Sul, que já vem implementando um sistema similar ao de CRA, chamado TCRAE, que foi apresentado aos participantes na reunião de acompanhamento.

Na primeira oficina já foi levantada a necessidade de maior discussão interna (SEMA e INEMA) do tema inclusive fora do âmbito das oficinas, antes de abrir a discussão para atores externos. Devido à participação reduzida do INEMA na oficina, e dificuldade de agenda para participação das futuras reuniões de acompanhamento, o tema ficou “em suspenso”, com o indicativo da necessidade de maior alinhamento entre SEMA e INEMA antes de maiores avanços e decisões.

## Reuniões de Acompanhamento

Na primeira reunião de acompanhamento, foi trazida a necessidade de maior alinhamento entre SEMA e INEMA, uma vez que o INEMA teve participação de poucas pessoas limitada, tanto na oficina quanto e nas reuniões de acompanhamento. A maior preocupação dos participantes da SEMA foi em primeiramente fazer um alinhamento interno com o INEMA, e, então para apenas depois discutir realizar a abertura dessa discussão com outros atores e instituições, como órgãos ligados a comunidades tradicionais, assentamentos agrários, Ministério Público, etc.

A segunda reunião de acompanhamento teve como objetivo avançar no entendimento do mecanismo de CRA, contando com a apresentação do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul sobre o funcionamento do sistema estadual TCRAE, sendo o MS o único estado a ter implementado o sistema no Brasil.

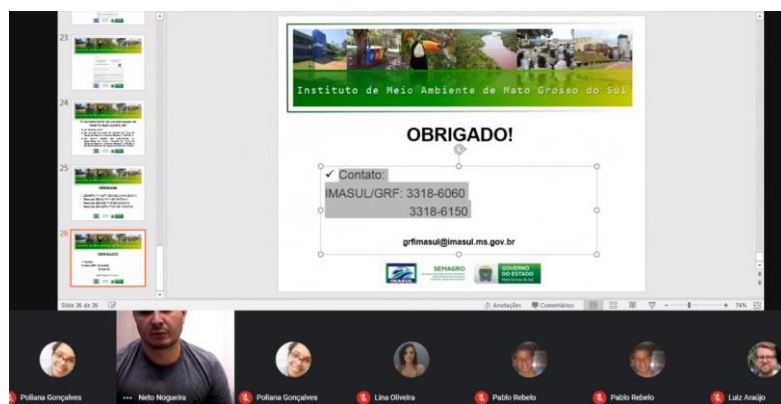


Figura 12 - Tela com participantes da Oficina sobre CRA – com Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul

## Oficina temática e processo de construção de Plano de ação: Cobrança pelo Uso da Água

Esta oficina teve como objetivos principais: 1) realizar um nivelamento conceitual sobre a Cobrança pelo Uso da Água, com ênfase na descrição do processo normal de implementação deste instrumento em nível estadual (regulamentação pelos poderes executivo e/ou legislativo, e estabelecimento pelos comitês de bacia estaduais), 2) trazer um panorama geral do funcionamento deste instrumento em bacias de domínio federal e estadual (de outros estados), 2) conhecer o histórico e o status atual da discussão sobre possível implementação deste instrumento econômico na Bahia, e 3) buscar traçar os objetivos e os primeiros passos de um plano de ação visando a instituição Cobrança pelo Uso da água em bacias de domínio estadual na Bahia.

A gravação em vídeo da oficina pode ser acessada em:

<https://drive.google.com/file/d/1PivNeoxCaWVvYUb5CilMDUC4i0fWoHnuK/view?usp=sharing> (parte 1)

[https://drive.google.com/file/d/1QlAcWY\\_xfvAFLrdSxm409rqg261iTXog/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1QlAcWY_xfvAFLrdSxm409rqg261iTXog/view?usp=sharing) (parte 2)

### Participantes e Instituições

Esta oficina teve a participação de 11 membros de órgãos da administração pública do Estado da Bahia, ligados à SEMA, ao INEMA, e à SEPRONI, assim como uma organização setorial como a FIEB, e uma empresa, Veracel, além do facilitador da oficina

**Comentado [8]:** novamente siglas que não são colocadas antes de aparecerem pela primeira vez, por extenso. O que é SEPRONI? o que é FIEB?

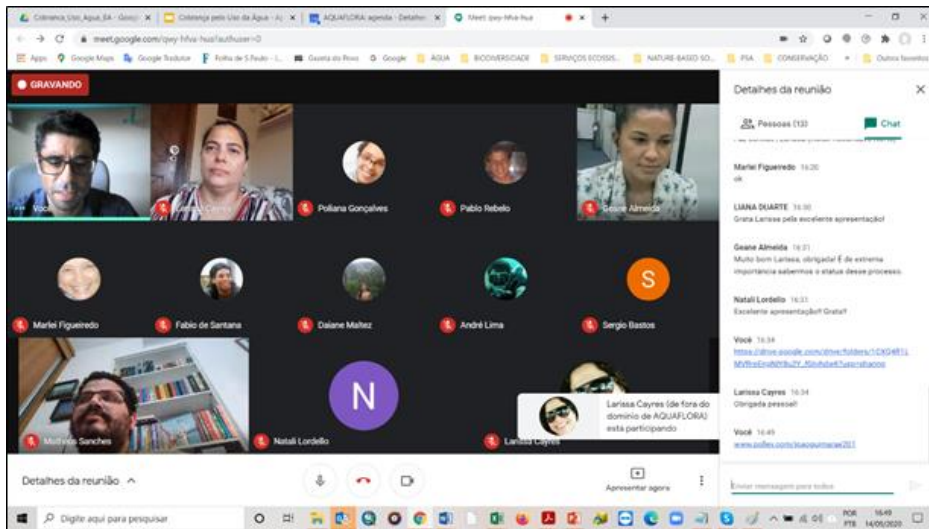


Figura 13 - Tela com participantes da oficina sobre Cobrança pelo uso da água



**Tabela 8 - Lista de participantes da oficina sobre Cobrança pelo Uso da Água**

Número	Nome	Instituição
1	Daiane_Maltez	SEMA/COGEF
2	Fábio de Santana	SEPROMI
3	Geane Silva de Almeida	FIEB
4	Larissa Cayres de Souza	SEMA/SPA
5	Liana Oliveira Duarte de Araújo	SEMA/DPBIO
6	Luiz Henrique Tapia	Veracel Celulose
7	Marlei Silva de Figueiredo	SEMA/COGEF
8	Matheus Sanches	SEMA
9	Natali Lordello de Oliveira	INEMA
10	Pablo Rebelo	SEMA/DPBIO
11	Poliana Sousa	SEMA/DPBIO

### **Apresentações realizadas**

Inicialmente, o facilitador da oficina, João Guimarães, fez uma apresentação sobre alguns conceitos básicos acerca da Cobrança pelo Uso da Água, com destaque para:

- Legislação federal
- Objetivos
- Processo geral de implementação em nível estadual (envolvendo comitês de bacia e conselhos estaduais de recursos hídricos)
- Métodos de cálculo do valor a ser cobrado
- Importância como fonte de financiamento para ações de conservação e recuperação de ecossistemas terrestres e aquáticos.

O facilitador apresentou também informações ilustrativas sobre a aplicação deste instrumento econômico na bacia do Rio São Francisco e em estados que já implementaram a cobrança em rios de domínio estadual, com destaque para resultados ambientais (destinação de recursos da cobrança pelo uso da água para programas ambientais previstos nos Planos de Bacia) e resultados econômicos (valores arrecadados para bacias federais e estaduais).

A apresentação do facilitador pode ser visualizada em:

<https://drive.google.com/file/d/1jFnPq1cSyihYOWmXDdOgtP7cVNI1gAb/view?usp=sharing>

Na sequência, a especialista em meio ambiente e recursos hídricos da SEMA-BA, Larissa Cayres de Souza, apresentou um panorama técnico e institucional sobre as possibilidades de implantação do instrumento na Bahia, com destaque para os seguintes tópicos:

- a legislação estadual com os preceitos gerais que devem reger a implementação da Cobrança pelo Uso da Água em rios de domínio estadual na Bahia
- o histórico das discussões sobre implementação da cobrança em nível estadual dentro dos comitês de bacias e em um Grupo de Trabalho especial para o tema (composto por técnicos da SEMA e INEMA, entre 2017 e 2018)
- as primeiras iniciativas de comitês de bacia estaduais para implementação da cobrança em suas bacias, como o caso do CBH Verde-Jacaré
- os desafios e oportunidades para implementação do instrumento na Bahia
- a existência de minuta de decreto que regulamenta a cobrança em nível estadual, cuja versão final foi elaborada pelo referido grupo de trabalho, atualmente em apreciação pela Secretaria de Infraestrutura Hídrica

### Interação dos participantes

Na segunda parte da oficina houve uma discussão sobre possíveis passos para efetiva implementação do mecanismo de cobrança pelo uso da água em rios de domínio estadual na Bahia, buscando-se traçar objetivos a serem atingidos por um plano de ação, com base em perguntas orientadoras como “Quais os principais desafios e entraves para a Cobrança pelo uso da água ser implementada em comitês estaduais?”, “Quem precisa ser envolvido? O que precisa ser feito para a discussão avançar?”, e “O que pode ser feito esse ano para fomentar a implementação da Cobrança em nível estadual?”.

Foi utilizada a ferramenta Google Presentation para permitir a interação dos participantes de forma escrita, além da participação oral. Abaixo seguem as contribuições feitas pelos participantes, com base nas perguntas orientadoras.

**Tabela 9 - Respostas à pergunta “Quais os principais desafios e entraves para a Cobrança pelo uso da água ser implementada em comitês estaduais?”**

Questões de legislação: água subterrânea (não pode ser aplicada para gestão), desconto para saneamento
Necessidade dos CBHs estaduais se adaptarem a um modelo onde o estado se encarrega da definição do mecanismo e dos valores de cobrança (novo decreto a ser publicado)
Como envolver o grande número de usuários de usos rurais de “pouca expressão”, pelo menos em relação à outorga (como contribuirão sem serem onerados?) - trazer os aspectos sociais para a discussão da outorga/cobrança na esfera dos comitês
É preciso aprimorar os instrumentos/ferramentas de gestão de RH: Fundo estadual de RH, SEIA, Cadastro de usuários

Formatado: Fonte: 11 pt

Formatado: Fonte: 11 pt

Formatado: Fonte: 11 pt

Formatado: Fonte: 11 pt

Formatado: Fonte: 11 pt

Formatado: Fonte: 11 pt

Priorizar a elaboração dos Planos de Bacias, para a posterior implementação da cobrança (p/evitar questionamentos)
Falta regulamentação para garantir que recursos arrecadados e destinados ao FERHBA sejam separados em sub-contas e direcionados para cada CBH (SEIA é importante p/ mapear isso). Como o PSA vai receber \$ da cobrança?

**Tabela 10 - Respostas às perguntas 1) “Quem precisa ser envolvido?” 2) “O que precisa ser feito para a discussão avançar?”**

1-CBHs estaduais / Sec. Infra. Hidr. (EMBASA, CERB) / Casa civil / CONERH / SEMA / INEMA / Sec. Agric. / membros do GT 2017/2018
2-Novo GT deveria ser formalizado, com um Plano de Trabalho e participação da Casa Civil nesse GT, principalmente resgatando membros e produtos do GT 2017/2018. Primeiramente estes do GT antigo, e depois outros atores (indicados na pergunta 1)
Apoiar a aceleração dos estudos/proposição da cobrança nos comitês que já iniciaram o processo (2 anos)
Criar um fórum de discussão sobre este novo arranjo de implementação da cobrança (via estado)

**Tabela 11 - Respostas à pergunta “O que pode ser feito esse ano para fomentar a implementação da Cobrança em nível estadual?”**

Reestruturar o GT Cobrança e promover as primeiras reuniões
Buscar informações sobre o caminho da nova minuta do decreto
Caminhos (a partir de informações sobre o decreto): Tentar criar um canal de diálogo do novo GT Cobrança com a Casa Civil para aprimorar a minuta do decreto OU Direcionar os trabalhos do novo GT Cobrança à luz do novo arcabouço legal (se o decreto estiver em vias de publicação)

### Avaliações da Oficina

Ao final da oficina os participantes que quiseram expressar suas avaliações sobre a oficina indicaram como principais pontos positivos:

- a oportunidade de se atualizarem sobre um tema que já foi intensamente discutido na esfera de SEMA e INEMA, mas que perdeu força após a remessa de minuta do decreto produzida pelo já citado Grupo de Trabalho à Casa Civil, no início de 2018.
- a identificação de pontos que podem ser aperfeiçoados na atual legislação que rege a eventual implementação de cobrança pelo uso da água em nível estadual, tais como uma maior contribuição financeira do setor de saneamento, um dos principais usuários de água no estado

Como ponto negativo indicou-se a ausência de membros de comitês de bacias estaduais, pelo fato dos CBHs serem as entidades que usualmente executam a implementação do mecanismo de cobrança em seus respectivos territórios (conforme legislação federal e de outros estados que já implementaram a cobrança em nível estadual).

### **Encaminhamentos acordados**

Como principais encaminhamentos a serem tratados nas reuniões de acompanhamento, foram definidos:

- a busca de informações atualizadas sobre a minuta de decreto de regulamentação da cobrança, principalmente no que tange a possíveis modificações em relação à versão remetida pela SEMA à Casa Civil em 2018.
- a avaliação da possibilidade de criação de novo Grupo de Trabalho, nos moldes daquele criado em 2017 (SEMA/INEMA), mas eventualmente agregando outras secretarias e entidades importantes para a discussão (como os comitês de bacias estaduais).

### **Reuniões de acompanhamento**

-Foram realizadas duas reuniões de acompanhamento após a oficina do dia 08/09/2020, para discussão do desenvolvimento de um plano de ação para implementação desse instrumento, a primeira no dia 18/09, e a segunda no dia 24/09.

Na primeira reunião de acompanhamento, o debate se iniciou a partir dos encaminhamentos acordados na oficina, especialmente em relação à possibilidade de se constituir um novo Grupo de Trabalho multi-institucional. Avaliou-se conjuntamente que certas questões precisavam ser previamente esclarecidas para dar andamento a esta proposta, entre elas: saber se o decreto de regulamentação já se encontrava ou não em vias de ser publicado (em caso positivo a pertinência de se criar um GT seria menor); e também ser realizada uma avaliação interna entre diretores e técnicos da SEMA sobre a perspectiva do gabinete do secretário de meio ambiente em se retomar uma agenda de aperfeiçoamento da regulamentação (visto que ainda não se sabe se a minuta produzida pela SEMA sofreu modificações significativas por outros órgãos da administração estadual). Uma informação trazida por Larissa Cayres é de que possivelmente a versão mais recente da minuta prevê que o estado da Bahia (na figura do INEMA) ficará responsável pela criação do mecanismo de arrecadação e da definição dos valores da cobrança em nível estadual, sendo concedido um prazo de 2 anos a partir da publicação do decreto para que comitês interessados proponham e aprovem seus próprios mecanismos e valores de cobrança.

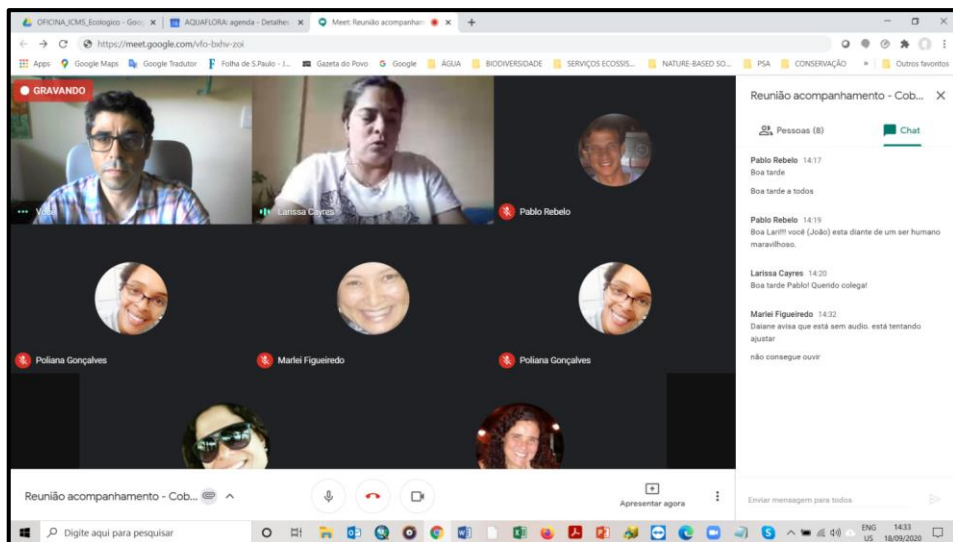


Figura 14 - Tela da primeira reunião de acompanhamento sobre Cobrança de Uso da Água

Na segunda reunião de acompanhamento, avaliou-se conjuntamente que, independentemente da eventual criação de um GT, é importante fomentar uma maior articulação e diálogo entre o sistema SEMA/INEMA e outras secretarias e órgão da administração pública que tenham atribuições ligadas ao tema recurso hídricos. Outro ponto de aparente consenso é de que, mais importante que buscar aperfeiçoamentos na proposta de regulamentação da cobrança em nível estadual, é trabalhar pela publicação do decreto em curto prazo, para possibilitar avanços na sustentabilidade financeira de comitês de bacia estaduais, condição básica para implementação dos plano de recursos hídricos das respectivas bacias. Ainda assim, considerou-se também que é importante buscar apoiar a retomada de processos de proposição de mecanismos e valores de cobrança por alguns CBHs que já iniciaram o processo como o CBH Verde-Jacaré e o CBH Recôncavo Norte e Inhambupe.

Por fim, o facilitador encaminhou aos participantes desta segunda reunião uma proposta de estrutura para apresentação do plano de ação acordado na oficina final, sendo que os tópicos sugeridos foram: 1) “Qual é o contexto geral relativo a este instrumento no estado?”, 2) “Quais são as ações principais?”, 3) “O que pode ser alcançado em curto prazo?” e 4) “O que pode ser alcançado em médio/longo prazo?”.

## Oficina Final: Instrumentos Econômicos

### Participantes e Instituições

Ao todo, participaram da oficina de encerramento do ciclo de oficinas sobre instrumentos econômicos 7 membros da SEMA e INEMA, bem como dois representantes da SEPLAN, além dos facilitadores e dos representantes da GIZ e do MMA.

Tabela 12 - Lista de participantes - Oficina Final

Nome	Órgão
Adelina Oliveira Silva	INEMA
AnapaulaPossetti de Souza Dias	INEMA/DIRRE/COA SP
Ely de Oliveira Rosa Pimenta	SEPLAN
Larissa Cayres de Souza	SEMA/SPA
Liana Oliveira Duarte de Araújo	SEMA/DPBIO
Luiz Henrique Pereira	SEPLAN
Marlei Silva de Figueiredo	SEMA/COGEF
Matheus Sanches	SEMA
Poliana Sousa	SEMA

A seguir são apresentados alguns prints de tela da oficina final, para ilustrar a participação de técnicos da SEMA e INEMA, além dos responsáveis pelo projeto biodiversidade e mudanças climáticas na Mata Atlântica pelo MMA e pela GIZ.

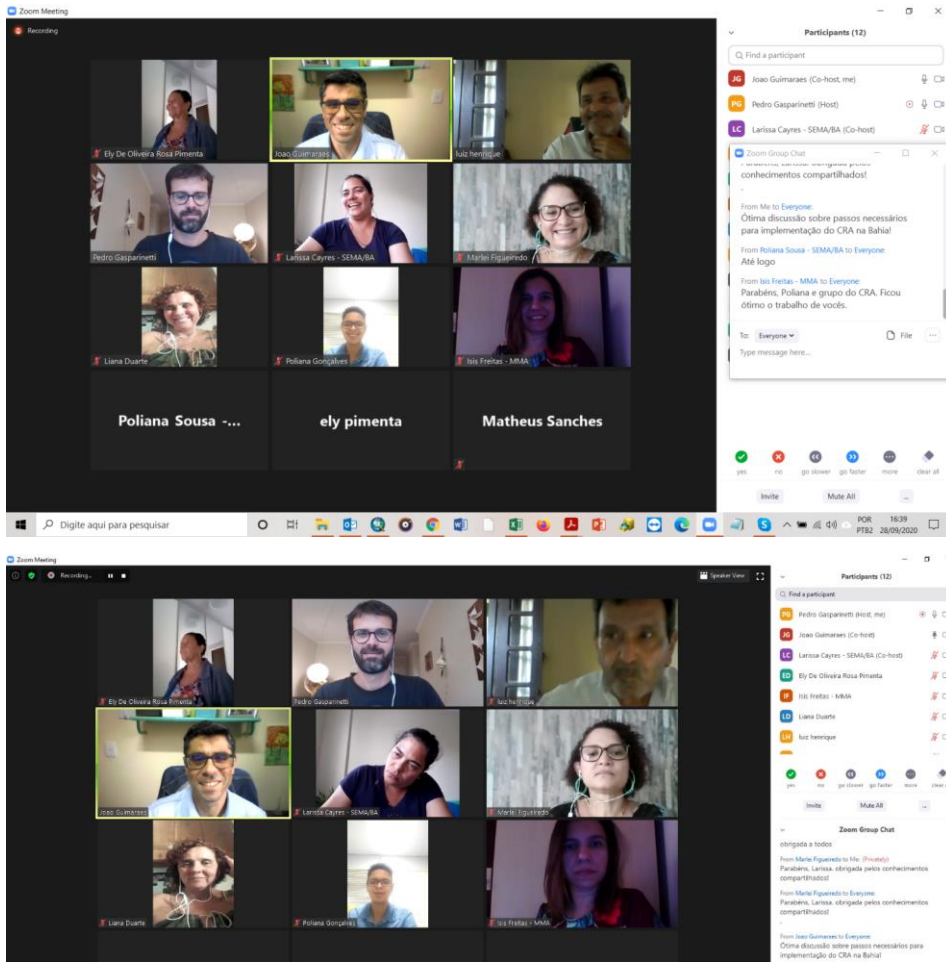


Figura 15 - Telas das Oficinas Finais

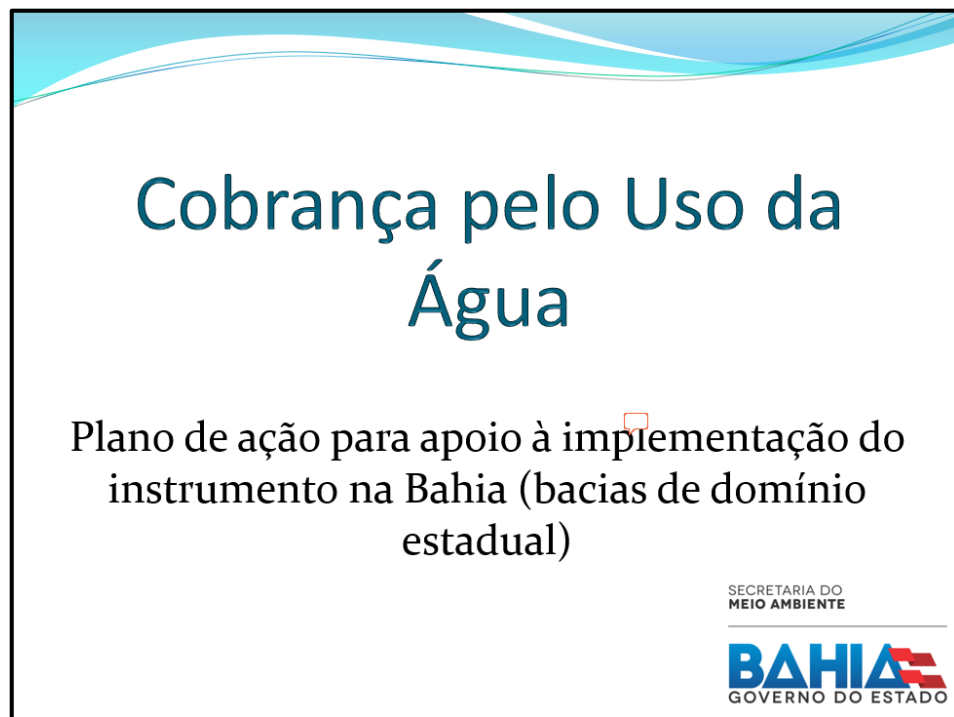
## Planos de Ação acordados

O objetivo da oficina foi a apresentação e discussão dos Planos de Ação desenvolvidos ao longo do processo de apoio.

Foi consensuado entre os participantes da oficina temática de Conversão de Multas que não seria desenvolvido um Plano de Ação para esteitem, uma vez que o tema precisaria ser mais discutido e aprofundado dentro da SEMA e INEMA antes que qualquer plano fosse desenvolvido.

## Plano de Ação: Cobrança pelo Uso da Água

Realizado todo o processo de discussão e desenvolvimento dos planos de ação, apresentam-se aqui os planos de ação apresentados na oficina final.



**Cobrança pelo Uso da  
Água**

Plano de ação para apoio à implementação do  
instrumento na Bahia (bacias de domínio  
estadual)

SECRETARIA DO  
MEIO AMBIENTE

**BAHIA**  
GOVERNO DO ESTADO



## CONTEXTO ATUAL

1. **CBHVJ** - enviou ao CONERH proposta de mecanismo e valores para cobrança pelo uso de recursos hídricos – conselho pediu esclarecimentos ao Comitê
2. **CBHRNI** - simulou o impacto da cobrança para os diversos usos nas bacias – não enviou proposta ao Conselho uma vez que condiciona à elaboração do Plano de Bacia
3. **CBHC** e **CBHG** - discutem modelos de cobrança no âmbito da elaboração dos planos de bacia
4. **CBHP** e **CBHI** – condicionam a discussão à aprovação do Plano de Bacia
5. **CBHS** e **CBHVG** – estudos iniciais indicam que essas bacias não suportam a cobrança

### 1) Qual é o objetivo principal a ser alcançado?

A implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias de dominialidade do Estado da Bahia, prorizando as bacias do VJ e RNI

## 2) Quais são as ações principais do plano?

1. Articular entre os gabinetes da SEMA e do INEMA para que ocorram as discussões finais e a tomada de decisão quanto a implementação do instrumento
2. Ampliar a articulação entre SEMA/INEMA com os demais órgãos de governo
3. Buscar, junto ao Gabinete do Governador, aval para implementação da cobrança no Estado e a publicação do decreto
4. Resgatar o GT Cobrança e ampliar a participação das demais secretarias
5. Definir os fluxos internos entre COGEF/DIRAF
6. Apoiar os comitês do Verde-Jacaré e Recôncavo Norte e Inhambupe para o envio ou ajustes das propostas de mecanismos e valores da cobrança
7. Discutir modelo de Agência de Bacia
8. Buscar junto ao CONERH a aprovação da cobrança nas duas RPGAs

## 3) O que pode ser alcançado em curto prazo?

1. Ampliação da articulação entre as diversas secretarias de estado relacionadas com o tema (CASA CIVIL, SEFAZ, SDE, SIHS, SEAGRI, SDR, SICM, SEINFRA)
2. Aprovação, por parte do Governador do Estado, da implementação da cobrança pelo uso da água nas bacias de domínio do Estado;
3. Ajustes internos para início da arrecadação (COGEF/DIRAF/SEIA)

#### 4) O que pode ser alcançado em médio/longo prazo?

**Médio prazo:**

- 1) publicação do Decreto Estadual que regulamenta dispositivos da Lei 11.612, de 08 de outubro de 2009, que tratam da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado da Bahia
- 2) discussão do modelo de Agência de Bacia no âmbito do SEGREH

**Longo prazo:**

- 1) instituição da cobrança pelo uso da água nas RPGAs dos rios Verde e Jacaré e Recôncavo Norte e Inhambupe
- 2) definição do modelo de Agência de Bacia para atendimento às RPGAs dos rios Verde e Jacaré e Recôncavo Norte e Inhambupe
- 3) instituição da cobrança em todas as RPGAs

## Plano de Ação: Cotas de Reserva Ambiental (CRA)



# Cotas de Reserva Ambiental (CRA)

## Proposta de Plano de Ação

### 1) O que vem sendo feito para fazer avançar o instrumento econômico?

- Há um estudo da CSF sobre o potencial do mercado de CRA na Bahia
- SEMA-BA (normativa)
- Regularização fundiária- Instrução normativa 001/2020

### 2) Quais as oportunidades ao estado?

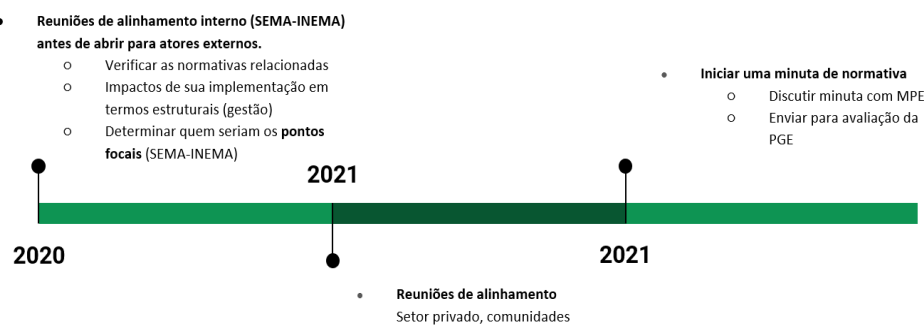
- Incluir áreas de comunidades tradicionais como emissoras prioritárias de CRA
- Ampliar a possibilidade de áreas conservadas
- Permitir Assentamentos da reforma agrária como emissores de CRA

### 3) Quais os principais desafios e entraves para seu avanço no estado?

- Vagarosidade na implantação do sistema federal de CRA e integração com os estados
- Vagarosidade na definição de Identidade Ecológica pelo STF
- Regularização fundiária
- Evitar novo caso de Grilagem verde
- Falta de nivelamento de conhecimento sobre o CRA (conceito, regras vigentes na esfera federal, como a servidão ambiental se relaciona com CRA)
- Garantir que as áreas tituladas com CRA se mantenham conservadas, no sentido do monitoramento dessas áreas
- \*Permitir que áreas não tituladas ou posses sejam contempladas - já há norma contrária a isso (servidão). Possibilidade de alterar normativa (?)

### 4) O que pode ser feito esse ano pela equipe disponível?

- Avançar no alinhamento interno (SEMA-INEMA) antes de abrir para atores externos.
  - Verificar as normativas relacionadas
  - Impactos de sua implementação em termos estruturais
  - Determinar quem seriam os **pontos focais** (SEMA-INEMA)
- Reuniões de alinhamento
  - Setor privado, comunidades
- Iniciar uma minuta de normativa
  - Discutir minuta com MPE
  - Enviar para avaliação da PGE



## Plano de ação: ICMS-Ecológico

# ICMS Sócio Ambiental

Plano de Ação para implementação do instrumento  
na Bahia

Plano de Ação

## O que é isso?

É apenas um conjunto de idéias, derivadas de Reuniões e Conversas **informais** mantidas por técnicos de algumas áreas da estrutura do Estado, interessados no tema.

E que propõe à discussão nas esferas superiores, alternativas de encaminhamento para formalização final, a qual se daria pela aprovação de uma NOVA LEI COMPLEMENTAR regulamentadora da distribuição de parcela do ICMS aos Municípios

## Contexto atual - ICMS Sócio Ambiental

Abordagem anterior SEPLAN/ ambiente normativo/ ideias propostas

O Estado da Bahia utiliza ainda sua primeira Lei Complementar ( Lei Complementar Estadual 13/1997 ), em um ambiente atual com demandas e disponibilidades significativamente diferentes e na iminência de obrigatoriedade de alterá-la em função da aprovação do Novo Fundeb.

A SEPLAN Ba iniciou em 2019 estudos internos avaliando a oportunidade e conveniência de proposição de alterações , a exemplo do que já vem ocorrendo em diversos outros Estados

NOVA LEI O FUNDEB / novo ambiente normativo/ oportunidade

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:  
"Art. 158

Parágrafo único. ....  
I - 65% (sessenta e cinco por cento), no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II - até 35% (trinta e cinco por cento), de acordo com o que dispuser lei estadual, observada, obrigatoriamente, a distribuição de, no mínimo, 10 (dez) pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos." (NR)

Art. 3º Os Estados terão prazo de 2 (dois) anos, contado da data da promulgação desta Emenda Constitucional, para aprovar lei estadual prevista no inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal.

## QUAIS SÃO OS OBJETIVOS

### DAS REUNIÕES QUE ANTECEDERAM

Discussão e disseminação maior entre técnicos do Estado da Bahia da idéia de maior vinculação dos recursos do ICMS repassados aos Municípios com ações destes cujos resultados sejam aderentes a ações sequenciais de respoónsabilidade do Estado

### ALMEJADOS À MEDIO PRAZO

Discussão mais ampliada entre técnicos de Secretarias e Órgãos do Estado interessados, do TCE, da UPB, resultando em proposição pelo Poder Executivo de alteração da Lei Complementar Estadual 13/1997 contemplando estímulos para cumprimento pelos Municípios de metas nas áreas de SAÚDE, EDUCAÇÃO E AMBIENTAL

### ALMEJADOS À LONGO PRAZO

Promulgação da Lei e consequentes melhorias nos indicadores das tres áreas nas tres esferas de poder ( Município, Estado e Federal )

## Quais são as Ações almejadas no Plano?

1. Aprofundamento, lapidação e consolidação das informações levantadas nas discussões e análises feitas, resultando em documentos iniciais de fácil divulgação e compreensão.

2. **Proposição à instância mais superior da SEPLAN assumir a liderança da condução dos novas abordagens de convencimento. Vertical e lateralmente.**

3. Criação pelo Executivo de **GRUPO de TRABALHO Multi-Secretarias**, com prazos e metas definidas para aprofundamento de estudos, avaliações de impactos e seleção de alternativas a serem submetidas a decisões superiores

4. **A partir das definições superiores, elaboração de estudos finais, minuta de projeto, materiais para divulgação e convencimento e suporte às instâncias responsáveis pela ações para negociações e aprovação final da Nova Lei Complementar.**

## O QUE DISSO PODE SER ALCANÇADO EM CURTO PRAZO?

Consenso e aprovação de propostas a serem submetidas ao Executivo com propósito de alteração da Lei Complementar Estadual 13/1997, incorporando estímulos para cumprimento de compromissos em ações nas áreas de Educação, Saúde e Meio Ambiente, traduzidos em metas e indicadores específicos

Proposta de Modificação da Lei Complementar Estadual (LC) 13/1997 com alteração na partilha do ICMS atendendo a nova lei Fundeb e adicionalmente propondo distribuição de parcelas do IPM dos Municípios ( 25% ou 35% do ICMS ) melhor alinhada às demandas estruturais por políticas públicas de interesse comum do Estado e dos Municípios, como o ICMS ECOLÓGICO AMBIENTE/SANEAMENTO, SAÚDE e EDUCAÇÃO, fundamentada em dados, informações, articulação/gestão e normatização do instrumento .



## E A MÉDIO E LONGO PRAZO?

Melhoria de desempenhos nos Compromissos, Metas e Indicadores dos Governos Estaduais e Municipais da Bahia, nas três áreas de governança envolvidas :  
EDUCAÇÃO, SAÚDE, MEIO AMBIENTE

### Encerramento

Ao fim da oficina final de desenvolvimento de capacidades e de estratégias para implementação e aperfeiçoamento de instrumentos econômicos para a conservação da biodiversidade e enfrentamento das mudanças do clima no estado do Paraná, houve a formação de uma mesa virtual de encerramento, com as participações de Bruno Filizola, do Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica pela GIZ, Otávio Gadiani Ferrarini, Coordenador do mesmo projeto pelo Ministério do Meio Ambiente, e Poliana Sousa, Diretora de Políticas de Biodiversidade e Florestas.

### Impressões sobre os encontros e o processo de aprendizagem

Após a apresentação dos 3 planos de ação, foi reservado um momento para os participantes manifestarem suas impressões sobre todo o processo de realização das oficinas e de desenvolvimento dos planos de ação. Para tanto, foram propostas algumas perguntas orientadoras, listadas a seguir, assim como as respostas registradas por meio da plataforma “PollEverywhere”:

- 1. O que funcionou bem em todo o processo (oficinas, reuniões, desenvolvimento de plano de ação)?**
  - Apesar de não ter participado de todas as oficinas, pois estive presente apenas na de cobrança pelo uso da água, achei este último encontro hoje muito importante pois me trouxe muitas informações uteis e interessantes sobre os outros assuntos. Mediação excelente, grata aos colaboradores e participantes
  - A oportunidade diante da seriedade e ameaças ao Meio Ambiente foi fator mobilizador somada a competência dos técnicos.
  - A possibilidade de intercâmbios de ideias e discussões de forma interinstitucional.
  - Tudo funcionou muito bem! Gostaria de ter visto outros atores da gestão de recursos hídricos participando.

- A mediação foi bem efetiva, conciliando e conduzindo as discussões e ideias. A proposta de trabalho e do plano de ação foram instrumentos que ajudaram muito, pela objetividade
- Acho que nos limites do possível, foi muito bem.
- A organização, seriedade e estímulo a participação dos grupos.
- Acho que nos limites do possível, foi muito bem.

## **2. O que poderia ter sido melhor?**

- Acredito que faltou mais tempo dedicado dos participantes, muito mais pelo momento e pela modalidade, porque o interesse pelos temas era notório. Talvez precisasse de uma carga horária maior. Acho que poderia ter tido uma maior divulgação do evento e seus objetivos
- Maior disponibilidade de tempo e de envolvimento de representação de nível decisório das secretarias, diante dos desafios políticos.
- Um prévio respaldo e apoio dos Secretários (ao menos os mais interessados)
- Acho que a participação de mais pessoas nas oficinas teria sido muito boa e enriquecido as discussões.
- De forma virtual acredito que isso se estende a outros processos... é necessário ter instrumentos que se coloque a mão na massa
- Uma maior participação do INEMA.

## **3. Como os frutos desse processo podem efetivamente auxiliar em meu trabalho?**

- Serviram para atualizar sobre o andamento no Estado dos temas em que atuei.
- O evento resgatou temas que estavam "mornos" trazendo para o debate atual e sua necessidade de retomar a discussão de sua viabilidade e oportunidade diante do contexto atual
- Construindo a possibilidade da retomada das articulações no intuito de implementar o instrumento no Estado.
- Em qualquer momento que qualquer dessas temáticas volte ou venha à tona (ou pauta) serão sem dúvida matéria prima inicial e referências obrigatórias.

Do ponto de vista dos facilitadores, o processo como um todo foi positivo, gerando espaço para o alinhamento de agendas que, como comentado pelos participantes, muitas vezes haviam sido desenvolvidas, mas depois deixadas de lado - sendo uma ótima oportunidade para gerar nova onda de interesse e engajamento dos participantes. Para outros instrumentos, as discussões foram importantes para dar início a novos processos e dar dimensão ao nível de esforço e engajamento que será necessário ter para avançar com novas agendas.

De modo geral, os facilitadores estão de acordo com os feedbacks dos participantes no que refere à necessidade de um tempo e prazo maior tanto para as atividades de transmissão de conteúdo e aprendizagem, quanto para gerar engajamento e alinhamento entre os participantes. Ainda assim, o modelo proposto de aprendizado foi extremamente valoroso, havendo grande potencial para replicação em outros estados – sempre respeitando as especificidades de cada estado.